

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS EM BALSAS- MA

José Gustavo Martins¹

RESUMO

A inclusão do aluno com deficiência na rede regular de ensino tem sido discutida de por pesquisadores e especialistas que acreditam na capacidade de aprender desses alunos e com uma educação de qualidade para todos. Dessa forma, esta pesquisa tem objetivo investigar a inclusão do aluno com deficiência na rede regular pública de ensino da cidade de Balsas-MA a partir de um estudo comparativo desenvolvido em duas escolas públicas. Os sujeitos desta pesquisa são duas professoras, uma da rede Estadual e outra da rede Municipal, que atuam no atendimento educacional especializado em suas respectivas escolas. A metodologia abordada parte de uma pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa fazendo uso ainda de autores como Brasil (2001, 2007,2009), Mantoan (2003), Mazzota (2015), Marconi e Lakatos (2003) dentre outros. Compreender a relação entre teoria e prática aponta que há muito a se fazer no que se refere à inclusão desses alunos no ensino regular, uma vez que a partir do estudo aqui realizado foi possível constatar uma carência significativa no que tange aos recursos pedagógicos considerados indispensáveis na mediação do ensino e aprendizagem do aluno deficiente. Por fim, concluiu-se que ambas as realidades são semelhantes no que se refere à inclusão do aluno com deficiência no ensino regular e que os docentes enfrentam as mesmas dificuldades, sentem as mesmas necessidades e ver a educação inclusiva ainda de forma frágil, que precisa de reforços do poder público para se garantir uma educação de qualidade e um ensino verdadeiramente inclusivo.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Ensino, Estudo Comparativo.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a inclusão do aluno com deficiência é um tema bastante discutido nos mais diversos contextos por professores, pais, especialistas e demais sujeitos comprometidos com a educação desse público. Dessa forma, por se tratar de uma temática de grande relevância é necessário, no entanto, que os sistemas educacionais mudem velhos conceitos arraigados na cultura escolar sobre os deficientes. Devem desconstruir tabus, romper paradigmas e barreiras para que esse ensino possa alcançar a todos, garantindo não apenas o acesso à educação, mas prover meios para que se permaneça nela e se construa como sujeito cidadão autônomo, crítico e participativo.

Gestores, coordenadores pedagógicos, pais e demais agentes da comunidade escolar envolvidos com o processo de ensino e aprendizagem devem estar conscientes de que as atividades direcionadas para o público-alvo da educação especial/inclusiva são diferenciadas

¹ Graduado do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão- UEMA, z.gustavo2009@hotmail.com

daquelas voltadas para o público que frequenta a sala de aula comum. A consciência disso permite ao docente uma mediação de um ensino aprendizagem mais produtivo e mais eficiente favorecendo assim aos alunos um poder maior de comunicação e integração entre os pares o que lhes possibilitará uma vida autônoma, independente, em outras palavras, verdadeiramente inclusivo e de qualidade.

Diante do tema abordado, o presente artigo tem como problema discorrer como ocorre a inclusão do aluno com deficiência na rede na rede regular de ensino de Balsas- MA? Quais estratégias, recursos, métodos e abordagens são utilizados para assegurar a efetiva inclusão do aluno deficiente na rede regular de ensino? Com isso, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de se discutir sobre o processo de inclusão do aluno com deficiência na rede regular de ensino considerando um estudo comparativo entre duas realidades distintas (uma escola municipal e uma escola estadual) para a partir disso traçar um perfil diagnóstico de inclusão dentro dessa realidade. Será discutido ainda o papel dos agentes educacionais (gestor, coordenador, professor da sala comum e professor da Sala de Recursos Multifuncionais) junto à comunidade escolar e seu impacto junto a um ensino verdadeiramente inclusivo.

O objetivo geral da pesquisa trata-se de investigar a inclusão do aluno com deficiência em duas escolas públicas de ensino da cidade de Balsas-MA. Esta pesquisa, por sua vez, encontra-se estruturada da seguinte forma: introdução, metodologia, política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, análise e discussão dos resultados e, por fim, considerações finais.

METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, partiu-se do método de abordagem indutivo, uma vez que, a partir de dados particulares da realidade pesquisada tornou-se se possível chegar a hipóteses e conclusões gerais. Pois este método se configura como

Um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais as basearam. (MARCONI E LAKATOS, 2003, p. 86)

Com base nesse método e considerando o objeto da pesquisa tornou-se possível a construção das etapas de trabalho e construções de hipóteses que serão discutidas no decorrer da pesquisa.

Do ponto de vista de sua **natureza** tratou-se de uma pesquisa de caráter básico uma vez que objetiva gerar novos conhecimentos e quanto aos **objetivos**, trata-se de uma pesquisa de cunho descritivo. No que concerne aos **procedimentos técnicos** trata-se de uma pesquisa

bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites (FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...]. (GONSALVES, 2001, p.67)

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário no formato digital composto por 09 (nove) questões (abertas e fechadas) aplicado aos sujeitos envolvidos na pesquisa. Segundo Gil (1999), os questionários podem ser auto- aplicados ou aplicados como formulários. Para esta pesquisa, especificamente, fez-se uso da versão digital (*Google forms*) em decorrência da atual situação pandêmica provocada pelo novo coronavírus.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação especial no Brasil assumiu, com o passar dos anos, um caráter de renovação, de promoção e de acesso ao conhecimento e deixou de lado o caráter assistencialista de que se revestia inicialmente. No Brasil, o marco inicial da educação para a pessoa com deficiência dá seus primeiros passos por volta de 1854 quando foi criado no estado do Rio de Janeiro a primeira instituição para cegos. Porém foi somente no século XX que o atendimento educacional dos deficientes ganhou um caráter nacional. Entre os anos de 1957 a 1993 “o atendimento educacional aos excepcionais foi explicitamente assumido, a nível nacional, pelo Governo Federal, com a criação de campanhas especificamente voltadas para esse fim. (MAZZOTA, 2015). A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva conceitua a educação especial como:

[...] uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008, p.16)

Numa perspectiva inclusiva, espera-se que todas as crianças /alunos recebam uma educação que lhes proporcione o desenvolvimento de todas suas capacidades. Essa ideia vem claramente expressa na Declaração de Salamanca. “O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresente. “(UNESCO, 1994, p.11-12). Desse modo, a escola inclusiva luta por mais espaços, não somente físicos, mas espaços simbólicos dentro das escolas.

A construção de políticas públicas inclusivas, de acessos aos serviços pedagógicos de acessibilidade eliminam a discriminação e segregação superando, assim, o velho modelo de escola tradicional. Nesse contexto, o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais constitui uma medida estruturante para a garantia de um sistema educacional inclusivo permitindo, assim, uma educação de qualidade. Esse serviço passou a ser regulamentado por meio da Resolução CNE/ CEB nº 4/2009 que orienta da seguinte maneira

[...] é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios. (BRASIL,2009).

Diante dessa abordagem, o serviço de Atendimento Educacional Especializado- AEE possui um caráter complementar ou suplementar ao ensino regular, jamais substitutivo. Com isso, sua organização e funcionamento é pensado levando em consideração a realidade social, cultural, educacional e familiar do aluno, para que dessa forma, possa-se oferecer um serviço que atenda às suas necessidades e contribua para apreensão de saberes necessários à sua formação pessoal e profissional de forma sólida e autônoma.

O acesso à educação na rede regular de ensino constitui um direito universal assegurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1945 e pela Constituição Federal de 1988. Com a promulgação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) esse direito foi ampliado com o princípio de garantia, acesso, permanência e sucesso do aluno. Porém, apesar dos avanços, muitos alunos ainda têm esse direito negligenciado. Nesse contexto, têm-se que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001 apud BRASIL, 2008).

Nesse raciocínio, significa dizer que ao ingressar na escola, o aluno com deficiência deve se deparar com um ambiente que atenda às suas necessidades. É a escola que deve adequar-se ao aluno, e não o aluno à escola. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) assegura em seu texto o direito do aluno “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Além disso, a lei garante ainda um “Atendimento Educacional Especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, preferencialmente, na rede regular de ensino” (BRASIL,1996). Santos (1995)

apud Mantoan (2003) diz que “é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza”.

Nesse sentido, o professor deve ser conhecedor dos talentos e limitações de seus alunos para que a partir disso, torne-se possível o planejamento de um ensino pautado nas especificidades de cada sujeito. O entendimento de se mudar práticas no ambiente escolar e na sala de aula regular é extremamente importante para se obter respostas positivas diante de questões que envolvam um ensino heterogêneo possibilitando, assim, a aprendizagem e uma educação inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados são resultados de um trabalho realizado *in lócus* em duas escolas da cidade de Balsas, uma da rede estadual e outra da rede municipal de ensino. Inicialmente, fez-se um levantamento sobre a formação iniciada dos docentes, já que a formação do professor reflete diretamente na sua prática pedagógica bem como o tempo de atuação na sala de recursos multifuncional. Diante desse raciocínio, tanto a professora da rede Estadual quanto a professora da rede Municipal possuem graduação em pedagogia com especialização (*lato sensu*) em Educação Especial. Acredita-se que a formação docente reflete diretamente na qualidade do trabalho a ser realizado na sala de aula.

Art. 33 A formação de professores para a educação especial em nível superior dar-se-á: I. em cursos de licenciatura em educação especial associados ou não à licenciatura para a educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental; II. Em curso de pós-graduação específico para educação especial; III. Em programas especiais de complementação pedagógica nos termos da legislação vigente. Art. 34 Será admitida a formação de professores para a educação especial em curso normal ou equivalente, em nível médio, de forma conjugada ou não com a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. (BRASIL,2003)

No que se refere ao tempo de atuação na SRM pôde-se constatar que a professora da rede Municipal atua há 02 (dois) anos na sala do AEE, e a professora da rede Estadual possui um tempo de atuação de 03 (três) anos. A experiência docente é extremamente importante para uma atuação efetiva junto ao aluno com deficiência, uma vez que quanto maior for o tempo que o professor passa com esse discente, certamente passará a conhecer com maior profundidade suas limitações e especificidades:

Os professores devem ter formação específica para este exercício, que atenda aos objetivos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Nos cursos de formação continuada, de aperfeiçoamento ou de especialização, indicados para essa formação, os professores atualizarão e ampliarão seus

conhecimentos em conteúdo específicos do AEE, para melhor atender a seus alunos (SANTOS e RAPOLI, p.11 e 14, 2010)

No que tange à forma como o professor organiza o Plano de Ensino Individualizado para o atendimento dos alunos com deficiência, as professoras descreveram que organizam este documento da seguinte maneira: **A professora da Rede Estadual** aponta que se faz necessário: *“Conhecer o Aluno: Traçar um perfil com suas habilidades e necessidades. Conhecer sua história, seus gostos, seus conhecimentos já adquiridos e o que ele precisa aprender”*. *“Estabelecer Metas: Nesta etapa, você deve definir as metas de curto, médio e longo prazo. Avaliar o que a criança deve aprender em cada espaço de tempo a partir do seu perfil”*. *Elaboração do Cronograma: Com as metas traçadas, você precisa definir como e quando elas serão executadas”*. *“Avaliação: Você precisa realizar o Registro Avaliativo do aluno organizando os procedimentos e avaliando as metas alcançadas”*. Por outro lado, **a professora da Rede Municipal** esclarece que *“É feito um plano anual para toda a turma, e em seguida é feito um plano de Atendimento Individual que será trabalhado o ano todo, com base nas dificuldades de cada aluno”*.

A fala da **professora da Rede Estadual** leva ao entendimento de que há uma preocupação em conhecer a história de vida do aluno. Diante dessa situação, a **professora da Rede Estadual** ressalta a importância da valorização dos saberes extraescolares dos alunos como fator primordial para a definição de novas ações em prol da construção efetiva dos processos de ensino e aprendizagem. A **professora da rede municipal**, por sua vez, aponta a elaboração de um plano de ensino anual direcionado a toda a turma, o qual vai sendo alvo de alterações no decorrer desse percurso conforme as necessidades dos alunos. Logo, a importância da valorização dos saberes extraescolares para um bom planejamento é necessária como afirma Porker, Martins, Oliveira (2013).

[...] assim, o professor poderá providenciar os ajustes e as adequações nos diferentes âmbitos que interferem diretamente no processo de ensino e de aprendizagem do aluno, público-alvo do Atendimento Educacional Especializado, garantindo-lhe uma educação de qualidade. (PORKER, MARTINS, OLIVEIRA, 2013, p.11)

A questão seguinte (02) tinha como redação **“Qual a participação da família no AEE?”** Diante desse questionamento, teve-se como resposta a seguinte fala abaixo transcritas: A **professora da Rede Estadual** argumenta que: *“Uma das funções da Educação Especial é estreitar a relação com a família, alcançando e compartilhando um trabalho interdisciplinar e colaborativo”*. A **professora da Rede Municipal** pontua que: *“A família precisa comparecer*

na escola onde será feita a anamnese do aluno, precisa concordar com o atendimento e colaborar no que diz respeito aos horários de atendimento e apoio ao estudante. É muito importante a participação da família, é preciso ter um elo para poder sanar as dificuldades do aluno”. Como se pode perceber na fala das professoras, ambas consideram extremamente importante o papel da família na vida escolar do aluno. É indiscutível a importância que a família exerce na trajetória escolar de seus filhos.

4º os sistemas educativos devem envidar esforços promovendo ações a partir das quais as unidades de Educação Infantil sejam dotadas de condições para acolher as crianças, em estreita relação com a família, com agentes sociais e com a sociedade, prevendo programas e projetos em parceria, formalmente estabelecidos. (BRASIL, 2010).

Em que horário os alunos frequentam a SRM? No que tange a esse questionamento, chegou-se à conclusão de que metade, tanto os alunos da Rede Estadual como os alunos da rede Municipal, frequentam o Atendimento Educacional Especializado-AEE no turno em que estão matriculados no ensino regular e outra metade frequenta no contra turno, pois segundo as orientações das Diretrizes Curriculares Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica:

O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.(BRASIL, 2009).

Em relação as atividades realizadas no AEE que demandam maior tempo em sua realização, tanto a professora da Rede Estadual e quanto a professora da rede Municipal pontuam que boa parte do tempo é voltado para o atendimento do aluno com deficiência. Por outro lado, atividades como produção de materiais, articulação com o professor da sala de aula comum, planejamento de AEE e diálogo com as famílias desses alunos acabam ficando em segundo plano.

Em que atividade do AEE você dispõe mais tempo? Nesse contexto, as professoras argumentam que boa parte do tempo é voltado para o atendimento individualizado desses alunos. E nessa discussão, conforme o Decreto nº 7.611 dentre os objetivos do AEE está por exemplo “o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem”.

Quais deficiências, geralmente, você atende na SRM? Nesse contexto, a

professora da Rede Estadual diz que trabalha com “*alunos surdos, dislexia, intelectual*”. Por outro lado, a professora da Rede Municipal argumenta que na SRM tende a lidar com “*alunos com deficiência intelectual, visual, TGD, deficiência Múltiplas*”.

Tabela 3- Número de alunos por deficiência / Rede Estadual / Rede Municipal

Tipo de deficiência	Rede de Ensino Estadual	Rede de Ensino Municipal
Intelectual	10	06
Deficiência Visual	0	02
Auditiva	3	0
Deficiência Múltiplas	0	1
TGD	0	2
Outros (TOD)	0	1
TOTAL	13	12

Fonte: MARTINS,2020

Nesse mesmo contexto, fez-se necessário o conhecimento por parte do professor da sala do AEE a quais especificidades esse tipo de ensino se propõe a trabalhar para que dessa forma não haja um comprometimento na qualidade do ensino desses alunos. Ter esse conceito claramente definido, de quem de fato tem o direito aos serviços do atendimento educacional especializado, é fundamental para o sucesso do ensino e aprendizagem tanto para os alunos com deficiência quanto para os alunos não deficientes.

Segundo os dados descritos na tabela 3, 10 alunos da rede Estadual de ensino são considerados deficientes intelectuais. Outrossim, na rede Municipal há também a predominância de alunos com a mesma deficiência. Logo, conclui-se que há predominância de estudantes com deficiência intelectual na cidade.

Observa-se, por outro lado, no que se refere à deficiência visual, que se tem uma baixa produtividade dessa deficiência na rede regular de ensino do município. Apenas a rede Municipal apresentou 02 (dois) alunos com esse tipo de deficiência. Diante disso, faz-se necessário que esta rede de ensino disponha de um atendimento educacional voltado para esses alunos com o propósito de atender a essa especificidade.

Diante dessas colocações, fica evidente que a ausência desses recursos na sala escola conduz para um ensino comprometido, dificultando assim desenvolver a plena autonomia do aluno que se refere ao seu processo de ensino e aprendizagem. No que se refere aos alunos com

deficiência auditiva constatou-se que apenas 01 (um) aluno pertencente da rede Estadual é deficiente auditivo. Em contrapartida, a rede Municipal de ensino não há estudantes com surdez matriculado.

No que se refere aos alunos com transtornos globais do desenvolvimento, apenas 02 (dois) alunos da rede Municipal apresentam essa deficiência. No que tange aos alunos com TGD, encontram-se alunos com diagnóstico de autismo, Síndrome do Espectro Autista (Asperger), Transtorno Desintegrativos da Infância (psicoses) e Transtorno Invasivo de Desenvolvimento - sem outra especificação. Mais uma vez pôde se perceber o baixo número de matrículas de alunos com TEA na rede regular de ensino, uma vez que apenas 01 alunos é diagnosticado com autismo.

Quem encaminha o aluno com deficiência à SRM? Em resposta a esse questionamento, as professoras responderam que o encaminhamento com deficiência para o AEE é feito por uma equipe multiprofissional composta por **Psicopedagogo, Fonoaudiólogo, especialistas em braille e outros**. O encaminhamento desses alunos bem como o seu acompanhamento por uma equipe pedagógica e multidisciplinar permitirá, dessa forma, um ensino de qualidade que irá se refletir diretamente na inclusão desse aluno. Nesse contexto, a Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001 legisla que a escola deve realizar, com apoio técnico especializado, a avaliação do aluno para tal, como “A colaboração da família e a cooperação dos serviços de saúde, Assistência Social, Trabalho, Justiça e Esporte, bem como do Ministério Público, quando necessário”. (BRASIL,2001, p.70).

Dos recursos de tecnologia assistiva (sala I e sala II) quais deles encontram-se disponíveis na sala do AEE onde você atua? Diante desse questionamento, a professora da rede Municipal diz que se encontram os seguintes materiais/ recursos a disposição dos alunos: **alfabeto móvel em vários tamanhos, prancha de comunicação, reglete, alfabeto Braille, máquina de escrever em Braille, jogos com sinalização em braille e libras, softwares em libras e outros**. Nesse contexto, infere-se que:

A organização de salas de recursos multifuncionais se constitui como espaço de promoção da acessibilidade curricular aos alunos das classes comuns do ensino regular, onde se realizam atividades da parte diversificada, como o uso e ensino de códigos, linguagens, tecnologias e outras complementares à escolarização, visando eliminar barreiras pedagógicas, físicas e de comunicação nas escolas. (DUTRA; GRIBOSKI,2006, p.19)

A professora da rede Estadual, na sua fala, aponta que dentre os materiais presentes na SRM da escola onde atua são, a saber, **alfabeto móvel, plano inclinado, jogos com diferentes materiais e tamanhos, mobiliário adequado ao aluno com deficiência física, prancha de**

comunicação, colmeia de acrílico, guias para assinatura, soroban, jogos em Libras e em Braille e outros.

Percebe-se na fala da professora que existe uma diversidade de recursos, porém deve-se ter em mente que tais recursos por si só não garantem uma aprendizagem efetiva e de qualidade. Reitera-se aqui, ainda que, estes recursos não atendem a todas as especificidades do aluno e cabe ao professor do AEE fazer adaptações pedagógicas levando em consideração a realidade do seu público. Nesse sentido, é fundamental a importância da formação continuada na vida profissional do docente, uma vez que para Pimenta (2004, p.130) “falar em formação de professor, portanto, é apontar para seu desenvolvimento profissional a partir de uma concepção que se organiza formal e sistematicamente na perspectiva da inteireza, e não da fragmentação”. Esse pensamento da autora vai ao encontro da última pergunta feita no questionário sobre se há participação dessas professoras em formação continuadas na área de atuação. Concluiu-se que, há sim formações, e que ambas participam, uma vez que julgam ser extremamente importante para uma melhor atuação docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se trata da inclusão do aluno com deficiência na rede regular de ensino, essa realidade ainda é permeada por medos, insegurança e incertezas. Trata-se de um contexto desafiador tanto para o aluno quanto para o professor e que tanto a rede municipal quanto a rede estadual vivenciam situações similares no que diz respeito aos desafios para a garantia da inclusão do aluno com deficiência.

Dentre as dificuldades encontradas em ambas as redes de ensino destaca-se uma carência no que se refere à acessibilidade arquitetônica uma vez que as escolas pesquisadas não dispõem de uma estrutura adaptada para atender aos alunos com suas respectivas especificidades. No que se refere a convivência entre os pares, pôde-se concluir pela fala das professoras que não existem maiores dificuldades uma vez que prevalece no ambiente escolar um clima de respeito, amizade, companheirismo e solidariedade.

Outra dificuldade encontrada corresponde à carência de recursos didático-pedagógicos em ambas as escolas os quais são considerados importantes no processo de inclusão educacional desses alunos. A presença de um ou outro recurso didático na sala do AEE não assegura por si só a inclusão desses discentes no contexto da sala comum. Isso exige do professor do atendimento educacional especializado um diálogo constante com o professor da sala regular para que possam pensar estratégias, recursos, métodos e metodologias para garantir a inclusão eficaz desses alunos.

Associada a essas dificuldades mencionadas percebeu-se ainda respeito a ausência de um PEI (plano de ensino individualizado) o que acaba por comprometer o acesso aos saberes socialmente construídos e culturalmente valorizados. Um plano de ensino individualizado corresponde a um tipo de planejamento onde os conteúdos curriculares são disponibilizados aos alunos de uma maneira mais flexível, adaptada de acordo com a deficiência do aluno.

Desse modo, espera-se que o resultado dessa pesquisa contribua para novos estudos que, posteriormente, serão desenvolvidos na mesma linha de raciocínio, permitindo assim uma reflexão por parte de professores, pais, alunos e demais membros da comunidade escolar.

Em resumo, chegou-se à conclusão de que a inclusão do aluno com deficiência na rede regular de ensino tanto a nível estadual como a nível municipal ainda requer um olhar mais cuidadoso por parte dos poderes públicos quando o assunto é garantia de uma educação de qualidade a todos que dela necessite. Dessa forma, a inclusão desse aluno com deficiência na rede regular encontra-se, de certo modo, comprometida uma vez que estes discentes não dispõem de todos os recursos necessários e medidas adequadas as suas especificidades o que contribui para a sua verdadeira inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 9394, de 23 de dezembro de 1996**. Lei que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira. Brasília: 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC; SEEP; 2008.

BRASIL.CNE. CEB. **Resolução n. 4**, de 2 de outubro de 2009, que institui as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília: 2009.

BRASIL.CNE/CEB. **Resolução n.2**, de 11 de setembro de 2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília,2001.

BRASIL.CNE/CEB. **Resolução n.4**, de 13 de julho de 2010, que define as diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica. Brasília,2010.

BRASIL. **Decreto n.7.611, de 17 de novembro de 2011**, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília,2011. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm> acesso e, 16/11/2020

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** CNE: Brasília, 2001

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 1789. Universidade de São Paulo: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, 2015.

DUTRA, C. P.; GRIBOSKI, Claudia M. Educação Inclusiva: um projeto coletivo de transformação do sistema educacional. In: III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores, 2006, Brasília. **Ensaio Pedagógico** - Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília: Ideal Ltda; Ministério da Educação. v. 1. p. 209-215, 2006.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica.** Campinas, SP> Alínea, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS, E.M.; MARCONI. De A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 6ª. Ed. 5. Reimp. São Paulo: Atlas, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003, 64p.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2015.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência.** São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção docência em formação. Séries saberes pedagógicos).

POKER, R.B.; MARTINS, S.E.S.O.; OLIVEIRA, A.A.S. et al. **Plano de Desenvolvimento Individual para o Atendimento Educacional Especializado.** Oficina Universitária/Cultura Acadêmica, 2013.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva /Edilene Aparecida Ropoli ... [et.al.].** - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.v. 1. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca, Espanha, 1994. 49p